



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO – AL**

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição e instalação de 03 (três) persianas em alumínio, todas medindo 1,43m x 1,46m.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A presente aquisição visa diminuir a incidência dos raios solares nas salas localizadas na Secretaria de Gestão Estratégica, uma vez que o excesso de luminosidade tem atrapalhado alguns servidores cujas estações de trabalho ficam direcionadas diretamente para as janelas.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CUSTOS DA AQUISIÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Persianas de alumínio pintadas na cor azul claro fosca, medindo 1.43m Largura x 1.46m Altura, marca Hunter Douglas Luxaflex ou similar em qualidade.	03		

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. Inciso II do artigo 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 (Dispensa de licitação).

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Realizar a entrega e instalação das persianas em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo de Referência. Caso o atendimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste projeto.

5.2. Providenciar as correções, deficiências e falhas registradas pela fiscalização, devendo efetuar a substituição das persianas que não atenderem às especificações do objeto deste Termo de Referência no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento da solicitação formal pelo fiscal do contrato.

5.3. Utilizar produto que seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento do material, por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região;

5.6 Utilizar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Competem ao TRT:

6.1.1. Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa entrega e instalação do objeto deste ajuste, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, desde que devidamente identificados;

6.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa, através da fiscalização;

6.1.3. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à entrega e instalação do objeto contratado;

6.1.4. Observar a manutenção pelo fornecedor, das condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Prestar à empresa as informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que se relacionem com o objeto contratado;

6.1.6. Atestar a entrega e instalação do objeto do presente ajuste por meio do Fiscal do Contrato;

6.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste instrumento;

6.1.8. Aplicar as penalidades por descumprimento do contrato.

7. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

7.1. A execução das obrigações contratuais integrantes deste processo será fiscalizada pelo FISCAL DO CONTRATO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TRT, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

7.2. O Fiscal do Contrato será o servidor deste Regional designado pela Secretaria Administrativa, ao qual compete, entre outras atribuições:

- I – fiscalizar a execução do contrato, objetivando garantir a qualidade desejada;
- II – Solicitar à Secretaria Administrativa a aplicação de penalidades, por descumprimento de cláusula contratual;
- III – Acompanhar e atestar a aquisição contratada, indicando as ocorrências de indisponibilidade do material;
- IV – Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- V – Atestar e encaminhar notas fiscais ao setor competente para autorizar pagamentos.

7.3 A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

8. QUALIFICAÇÕES DOS PROPONENTES

8.1. QUANTO À HABILITAÇÃO:

8.1.1. Com vistas à habilitação as empresas deverão apresentar a seguinte documentação:

- 8.1.1.1. Cópia do contrato social;
- 8.1.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- 8.1.1.3. CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- 8.1.1.4. CRF - Certidão de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 8.1.1.5. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 8.1.1.6. Declaração em atendimento ao disposto no art. 27, inciso V da Lei 8.666/93, conforme constante do anexo I deste Termo de Referência;
- 8.1.1.7. Declaração em atendimento ao disposto na Resolução CNJ Nº 09/2005 de 06/12/2005, conforme constante do anexo II deste termo de referência;

8.1.2. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº. 1.793/2011-Plenário, como condição habilitatória serão realizadas as seguintes consultas:

8.1.2.1. Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – www.transparencia.gov.br);

8.1.2.2. Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – www.cnj.jus.br).

8.1.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (www.tcu.gov.br)

8.1.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Para as empresas cadastradas no SICAF, fica facultada a extração de declarações porventura existentes naquele sistema, que forem competentes para substituir os documentos relacionados no item 8.1 deste Termo de Referência, para fins de habilitação das empresas

8.2 QUANTO À PROPOSTA:

8.2.1. A proposta deverá conter os seguintes elementos:

8.2.1.1. Especificações do objeto cotado;

8.2.1.2. Preço unitário e total expresso em moeda corrente nacional em algarismos, relativo ao item cotado, já incluso todos os tributos e quaisquer outras despesas inerentes a entrega e instalação do objeto contratado;

8.2.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias corridos;

8.2.1.4. Prazo de entrega e instalação do material não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho;

8.2.1.5. Dados bancários da empresa (banco, conta e agência);

8.2.1.6. Indicação de conhecimento e aceitação das condições contidas neste Projeto Básico.

9. PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis subsequente a entrega e instalação do objeto do presente Termo de Referência, através de ordem bancária, mediante apresentação da seguinte documentação em vigor:

a) Nota fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

c) CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social, expedida pela Receita Federal do Brasil;

d) Certidão de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

e) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.2. O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados, os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, modificada pela de nº 539, de 25/04/2005, e IN nº 706/2007, ou outra vigente à época da ocorrência do pagamento.

Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à fatura, documento que comprove esta opção, situação em que não incidirá a retenção disposta no item acima.

9.3. Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O. B. na unidade bancária.

10. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1 Os preços ofertados serão fixos e irredutíveis.

11. DA ENTREGA E GARANTIA DOS MATERIAIS

11.1. Os materiais deste contrato serão entregues no Setor de Almoxarifado deste Regional, localizado à Avenida Artur Jucá, nº 171, Centro, Maceió-AL, no horário das 07:45 às 14:30 horas em, no máximo, 30 (trinta) dias após o recebimento, pela contratada, da ordem de fornecimento e/ou nota de empenho, que será expedida pelo Fiscal do Contrato.

11.2 Prazo de garantia dos produtos não inferior a 01 (um) ano quanto a defeito de fabricação, contados a partir da entrega dos mesmos no Setor de Almoxarifado e Controle de Estoque.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

a) pelo atraso na entrega e instalação do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado;

b) pela recusa em realizar a entrega e instalação contratada: 10% (dez por cento) do valor do total contratado;

c) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 15 (quinze) dias consecutivos que se seguirem à data da rejeição: 2% (dois) do valor do total contratado;

d) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Projeto Básico e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

12.1.2 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

12.1.3 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

12.1.4 O TRT da 19ª Região poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da contratação, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

Maceió, 09 de fevereiro de 2017

CARLOS HUMBERTO H. MENDONÇA

EMANOEL FERDINANDO DA R. JÚNIOR

Técnico Judiciário

Coordenador de Material e Logística

Aprovo o presente Termo de Referência, de acordo com o art. 9º, inciso II, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o art. 7º do Ato TRT 20/2015, considerando-se a necessidade da aquisição ou contratação pretendida, visto que estão presentes as razões de conveniência e oportunidade para administração deste Regional.

Maceió, ____/____/2017

AUDELÍRIO PIMENTA CARNEIRO

Diretor Geral

ANEXO I

DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

_____, inscrito no CNPJ nº. _____,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____,
portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº.
_____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
().

- Concordo com os termos do projeto básico apresentado a esta empresa.

(Local e data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº. _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ N° 09/2005 de 06/12/2005, que a empresa não possui em seu quadro funcional e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT da 19ª Região.

_____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da empresa)

